



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

ANAONDA CNPJ/MF nº 60.728.029/0001-16 | Companhia Fechada

**1º Moinho do Brasil**  
a operar com 100%  
de energia solar!



Ativo Circulante	Nota explicativa			Passivo e patrimônio líquido Circulante			
	2025	2024	2024	2025	2024	2024	
Caixa e equivalentes de caixa	5,1	87.263	71.423	Passivo de arrendamento	13	1.505	2.168
Aplicações financeiras	5,2	182.358	214.229	Fornecedores	14	34.963	39.219
Contas a receber de clientes	6	76.533	75.932	Salários e encargos sociais	15	8.134	7.799
Estoques	7	186.474	166.922	Impostos a recolher	16	1.179	1.737
Impostos a recuperar	8	38.322	5.441	Imposto de renda e contribuição social	16	1.522	4.292
Adiantamento a fornecedores				Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	19,d	26.509	8.632
Outras contas a receber		2.489	3.576	Outras contas a pagar		5.189	6.492
		<b>573.689</b>	<b>537.979</b>			<b>82.001</b>	<b>70.399</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Impostos a recuperar	8	76.705	66.409	Passivo de arrendamento	13	2.832	5.552
Depósitos judiciais	9	3.667	3.301	Provisão para riscos	18	261	228
Investimentos	18	3.369	3.720	Tributos diferidos	24,a	6.221	7.071
Propriedades para investimentos	10	10	3.021			<b>9.314</b>	<b>12.851</b>
Imobilizado	11	183.296	133.548				
Intangível	12	626	866				
Ativo de direito de uso	13	4.337	6.078				
		<b>274.699</b>	<b>220.943</b>				
<b>Total do ativo</b>		<b>848.388</b>	<b>758.922</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>848.388</b>	<b>758.922</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

**1. Contexto operacional**  
A Anacorda Industrial e Agrícola de Cereais S.A. ("Companhia") foi constituída em 27 de novembro de 1951, com sede na cidade de São Paulo, sendo suas acionistas pessoas físicas e jurídicas. A Companhia tem por objeto social: (i) a industrialização e comercialização de farinhas em geral e misturas prontas, bem como os seus derivados, tais como gérmen de trigo, farinha de trigo; (ii) a fabricação e comercialização de produtos alimentícios em geral para consumo humano; (iii) a industrialização e o comércio de produtos destinados à alimentação animal; e (iv) importação dos produtos que se relacionem com seu objeto social. A Companhia opera com duas fábricas industriais localizadas em São Paulo, estado de São Paulo e Curitiba, estado do Paraná as quais estão interligadas com suas cinco filiais. Em 2024, a Companhia deu início à construção de uma planta fabril em Curitiba, no Estado de Mato Grosso, como parte de um projeto de expansão voltado, inicialmente, ao envase de farinha de trigo. Até 31 de dezembro de 2025, foram investidos R\$35.382, estando previstos investimentos adicionais da ordem de R\$3.168 para 2026. Simultaneamente, está em construção um armazém dedicado ao armazenamento de matéria-prima (trigo) em Contenda, no Estado do Paraná. Até 31 de dezembro de 2025, foram investidos R\$24.278, estando previstos investimentos adicionais da ordem de R\$1.571 para 2026. Ambas as obras se encontram em andamento, com previsão de início das operações em 2026. A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração da Companhia em 19 de março de 2026. **1.1. Continuidade operacional:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou lucro líquido de R\$ 255.380 mil (lucro líquido de R\$ 162.280 mil em 2024), e apresentou capital circulante líquido positivo de R\$ 491.688 mil (positivo em R\$ 467.580 mil em 31 de dezembro de 2024). A Diretoria conclui que a Companhia possui condições de manter suas operações e atividades normalmente, não tendo conhecimento de qualquer fato, evento ou circunstância que possa representar incerteza material capaz de criar dúvidas significativas sobre sua continuidade operacional. Nesse sentido, a Diretoria da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios e, portanto, avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para a continuidade de suas operações. A Diretoria não tem conhecimento de qualquer incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia pela qual as Demonstrações Contábeis foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

**2. Resumo das políticas contábeis materiais**  
As políticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes: **Base de apresentação e elaboração das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e com base nas disposições contábeis na Lei das Sociedades por Ações, alterada pelas Leis nos 11.630/07 e 11.941/09, e evidenciam todas as informações relevantes e orientações emanadas da Orientação Técnica OPCF 07, emitida pelo CPC, na preparação das suas demonstrações contábeis. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Diretoria na sua gestão, estando determinadas práticas contábeis divulgadas em suas respectivas notas explicativas. **2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia funciona. **2.2. Conversão de moedas estrangeiras em moedas em moeda estrangeira:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, quando os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidas na demonstração do resultado, no resultado financeiro em variação cambial líquida. As principais transações em moeda estrangeira são as operações de compra e venda de fornecedores relacionados às importações de trigo e de máquinas e equipamentos. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e outros investimentos de curto e longo prazo de alta liquidez, resgatáveis a qualquer momento e com um risco insignificante de mudança de valor. **2.4. Instrumentos financeiros:** **2.4.1. Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia de acordo com as características contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, exceto pelas contas a receber que não possuem componente de financiamento significativo e que são mensuradas ao preço da transação. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. a) Ativos financeiros: Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da natureza da classificação dos ativos financeiros. i) Classificação de ativos financeiros: Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: ■ O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais. ■ Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. ii) Custo amortizado e métodos da taxa de juros efetiva: O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida. Os ativos financeiros sujeitos a redução ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ver itens i) a) (ii) acima) são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo no final de cada período de relatório. b) Passivos financeiros: Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. c) Classificação de passivos financeiros: Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo

financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros que não sejam (i) contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantidos para negociação, ou (iii) designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro. Em 31 de dezembro de 2025, os ativos financeiros da Companhia estão substancialmente representados por aplicações automáticas e aplicações financeiras em Certificados e Recibos de Depósito Bancário (CDB), Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) (Nota Explicativa nº 5.2) e contas a receber de clientes (Nota Explicativa nº 6). Esses ativos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado. **2.4.2. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia tem como prática não operar com instrumentos financeiros derivativos, exceto em situações específicas e com o objetivo de proteção de seu balanço. A Companhia não possui contratos firmes, mudança no valor justo da compensação entre o item e instrumento é registrada diretamente no resultado. Nos exercícios de 2025 e 2024 não ocorreram esse tipo de operação. **2.5. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de farinha de trigo, misturas prontas, bem como derivados de trigo, tais como gérmen e farelo de trigo e de seus derivados, no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. As contas a receber, quando classificadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas de créditos esperadas ("impairment"). O "impairment" do contas a receber é estabelecido quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor do "impairment" do contas a receber é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Perdas de créditos esperadas no contas a receber de clientes da Companhia são controladas por faixa de vencimento dos respectivos clientes. A provisão para perdas esperada de créditos é apurada tendo como referência as perdas históricas e potenciais riscos deapura futuros, tais como deterioração do contas a receber, problemas de crédito associados a uma categoria de clientes etc. A Diretoria da Companhia realiza uma análise criteriosa de concessão de crédito aos clientes e bloqueia pedidos de venda ao primeiro sinal de risco de crédito (atrasos, principal e/ou juros não pagos, estabelecidos após regularização. Trata-se de uma estimativa contábil importante da Companhia. **2.6. Estoques:** Os estoques, compostos de trigo in natura, semelaborado e produtos acabados derivados do trigo, são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é pela média ponderada móvel da aquisição ou de fabricação. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de produção relacionadas diretamente com a capacidade operacional normal. Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização, esta é imediatamente reconhecida no resultado. Estoques incluem ainda materiais de manutenção (almoxarifado) e outros materiais são registrados com base no custo de aquisição e baixados como custo da produção por ocasião do consumo ou obsolescência. A Companhia adota política para constituição perdas com os materiais obsoletos em seus estoques. Trata-se de materiais antigos, sem demanda futura, cuja produção ou manutenção não é economicamente justificada. O custo de aquisição de materiais obsoletos é acumulado de acordo com o método de aquisição. **2.7. Adiantamentos a fornecedores:** As contas de adiantamentos a fornecedores são avaliadas pelo custo e registrados no estoque na conta "estoques e importações em andamento", e estão relacionados a antecipações de caixa e equivalentes de caixa para fornecedores de trigo nacionais e estrangeiros. As contas de adiantamento a fornecedores para aquisição de bens do ativo imobilizado são avaliadas pelo custo e registrados no imobilizado na conta de "imobilizações em andamento". **2.8. Propriedades para investimentos:** Propriedades para investimentos são aquelas que não são classificadas como propriedade, ou pelo arrendatário segundo contrato de arrendamento financeiro, para rendimento de aluguéis ou valorização ou ambos, e não para: (a) uso na produção de bens ou serviços ou para fins administrativos; ou (b) venda no curso das atividades normais do negócio. A Companhia é proprietária de galpões em São Paulo que são mantidos para rendimentos de aluguéis de longo prazo e para valorizações. Os imóveis não são ocupados pela Companhia. Possui ainda um imóvel em Curitiba ocupado por uma loja de moda. A Companhia não possui outros imóveis que quer tipo de operação que será exercido neste imóvel. A propriedade para investimento é contabilizada pelo custo menos depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. O custo representa o custo histórico de aquisição. A vida útil das propriedades para investimentos foi estimada entre 30 e 70 anos. O valor justo dos imóveis utilizados como propriedade para investimento, estimado por profissional especialista e independente, está divulgado na Nota Explicativa nº 10. **2.9. Imobilizado:** Terranos e edificações compreendem, principalmente, os moinhos, instalações e equipamentos em São Paulo e a sede corporativa em São Paulo. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado e todos os custos de manutenção são lançados no resultado. A Companhia adota como procedimento revisar periodicamente os bens do ativo imobilizado para verificação de possíveis perdas. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue: **Vida útil**  
Edificações 30 a 70 anos  
Máquinas e equipamentos 5 a 10  
Equipamentos de informática e veículos 5  
Móveis e utensílios 10  
Benefícios em terrenos 10  
Benefícios em imóveis de terceiros (\*)  
(\*) De acordo com o prazo de locação do imóvel. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **2.10. Ativos intangíveis:** a) Softwares: As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao custo de aquisição e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de software reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos. **2.11. "Impairment" de ativos não financeiros:** Os ativos são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por "impairment" é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo ou o custo de venda do bem ou serviço ao ser vendido. Para fins de avaliação de "impairment", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por "impairment", são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment" na data do balanço. **2.12. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são substancialmente representadas por obrigações a pagar por compra de trigo e bens ou serviços cujos prazos de vencimento são normais dos negócios e sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 1 ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. As contas a pagar aos fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.13. Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia e suas controladas utilizam a definição de arrendamento no CPC 06 (R2). (i) Como arrendatário: No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, o ativo de direito de uso é periodicamente reavaliado por perdas de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é mensurado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reavaliado por perdas por redução ao valor recuperável, tal como, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia e suas controladas determinam sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxa de juros de várias fontes, incluindo as taxas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • O custo de direito de uso de propriedade de arrendamento que não é pago com as garantias de valor residual; e • O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. E remensurado quando há alguma alteração nos pagamentos de juros de arrendamento resultante de empréstimos obtendo taxa de juros de várias fontes, quando se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso for reduzido. Quando o arrendamento apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "arrendamentos" no balanço patrimonial. A Companhia possui sete contratos de arrendamentos na perspectiva de arrendatário sujeitos ao reconhecimento de ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. Esses contratos referem-se aos arrendamentos de empilhadeiras e máquinas agrícolas, incluindo o contrato de arrendamento com a Jacareí/SP, Maracá/PR e Pato Branco/PR. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** A Companhia opta por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **2.14. Provisões para riscos:** As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são determinadas com base no balanço de risco. A Diretoria avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social diferido são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases de cálculo dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e a contribuição social, diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes. **2.16. Subvenções governamentais:** As subvenções e as assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo do respectivo Estado e são registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar. Posteriormente, são destinadas para reserva de lucro no patrimônio líquido. **2.17. Benefícios a funcionários:** O custo do benefício de previdência dos funcionários é calculado e efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia. As participações nos resultados pagos ou creditados aos funcionários são calculadas mediante objetivos estabelecidos previamente e registrados com o devido apontamento no sindicato da categoria. A Companhia não possui obrigações adicionais referentes a benefícios pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licenças por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento dos seus membros da

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros				Lucros líquidos/(prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Legal	Incentivos Fiscais	Retenção de lucros		
<b>Saldos em 1º de janeiro 2024</b>	168.943	33.789	337.900	124.336	—	664.968
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	162.280	162.280
<b>Transações com acionistas</b>	—	—	—	—	(23.994)	(23.994)
Juros sobre o capital próprio – R\$0,474 por ação	—	—	—	—	—	—
Reversão de Reserva de Incentivos Fiscais – Mediante MS	—	—	(138.412)	—	—	(138.412)
Dividendos adicionais propostos líquidos	—	—	—	(124.336)	—	(124.336)
<b>Destinações</b>	—	—	—	—	—	—
Constituição reserva de retenção lucros por reversão de Res. Inc.Fiscais – Mediante MS	—	—	—	138.412	—	138.412
Dividendos mínimos propostos – R\$0,064 por ação	—	—	—	—	(3.246)	(3.246)
Constituição reserva de retenção lucros – mediante MS	—	—	—	49.909	—	49.909
Retenção de lucros	—	—	—	85.131	—	(85.131)
<b>Saldos em 31 dezembro de 2024</b>	<b>168.943</b>	<b>33.789</b>	<b>199.488</b>	<b>273.452</b>	—	<b>675.672</b>
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	255.380	255.380
<b>Transações com acionistas</b>	—	—	—	—	—	—
Juros sobre o capital próprio – R\$0,803 por ação	—	—	—	—	(40.675)	(40.675)
Dividendos Mínimos Obrigatórios	—	—	—	—	(5.028)	(5.028)
Dividendos Complementares	—	—	—	(128.275)	—	(128.275)
<b>Destinações</b>	—	—	—	—	—	—
Aumento de capital social	270.148	—	—	(190.148)	—	(80.000)
Reserva legal	—	4.000	—	—	—	(4.000)
Retenção de lucros	—	—	—	130.705	—	(130.705)
<b>Saldos em 31 dezembro de 2025</b>	<b>439.091</b>	<b>37.789</b>	<b>199.488</b>	<b>80.706</b>	—	<b>757.074</b>

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2025	2024
Receita líquida de vendas	20	1.005.939	1.016.611
Custo dos produtos vendidos	21	(735.716)	(738.947)
<b>Lucro bruto</b>	<b>270.223</b>	<b>277.664</b>	
Despesas com vendas	21	(51.432)	(46.623)
Despesas gerais e administrativas	21	(53.575)	(53.736)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	44.722	872
<b>Resultado operacional</b>	<b>209.941</b>	<b>193.177</b>	
Receitas financeiras	23	92.046	47.440
Despesas financeiras	23	(11.357)	(28.985)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>80.689</b>	<b>18.455</b>	
<b>Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>	<b>290.630</b>	<b>211.632</b>	
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>			
Caixa	24	(36.100)	(50.311)
Diferido	24	850	959
		<b>(35.250)</b>	<b>(49.352)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>255.380</b>	<b>162.280</b>	
Número de ações no fim do exercício		50.266	50.266
Lucro básico e diluído por ação		5,04	3,21

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	255.380	162.280
Resultados abrangentes a serem classificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	—	—
Outros resultados abrangentes não classificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	—	—
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>255.380</b>	<b>162.280</b>

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2025	2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		290.630	211.632
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização		10.620	8.970
Juros sobre arrendamento mercantil	13	918	1.344
Atualização dos créditos fiscais		(50)	—
Reimbuço sobre aplicação financeira		(45.242)	(37.422)
Constituição (reversão) de provisão de perdas esperadas	7	(2.367)	247
Constituição (reversão) de provisão para riscos e depósitos judiciais	18	(162)	(265)
Constituição de provisão para perdas de materiais obsoletos	8	(46)	





# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

CNPJ/MF nº 60.728.029/0001-16 | Companhia Fechada

1º Moinho do Brasil  
a operar com 100%  
de energia solar!



... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Data da Ata de aprovação	Data de pagamento	JSCP	Dividendos
31/10/2025	30/10/2025	—	80.000
18/12/2025	18/12/2025	—	50.000
Total pago 2025		13.452	136.548
31/12/2025	Aguardando deliberação	26.509	—
Total geral		62.756	264.461

A movimentação dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e pagar em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é demonstrada conforme segue:

	2025	2024
Saldo inicial	8.632	11.363
Dividendos provisionados	133.303	127.582
Juros sobre o capital próprio provisionados	34.574	20.395
Dividendos pagos	(136.548)	(127.913)
Juros sobre o capital próprio pagos	(13.452)	(22.795)
Sado final	26.509	8.632

Em 26 de novembro de 2025 foi aprovada a Lei nº 15.270/2025, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026, estabelecendo a incidência de IRRF à alíquota de 10% sobre lucros e dividendos distribuídos a: (i) pessoas físicas residentes no Brasil, quando o valor mensal ultrapassar R\$ 50.000,00 por beneficiário, e; (ii) beneficiários não residentes (pessoas físicas ou jurídicas), ressalvadas as hipóteses específicas de isenção ou tratamento diverso previstas na própria legislação e em acordos internacionais para evitar dupla tributação. Considerando que a Companhia possui apenas acionistas pessoas físicas residentes no Brasil e uma pessoa jurídica residente no exterior, as distribuições de lucros e dividendos passarão a serem sujeitas ao IRRF de 10%, nos termos da nova legislação. Como ato subsequente, em 26 de dezembro de 2025 o Supremo Tribunal Federal (STF), nas ADIs 7.912 e 7.914, concedeu medida cautelar prorrogando até 31 de janeiro de 2026 o prazo para deliberação e aprovação da distribuição de lucros e dividendos relativos a resultados apurados até o ano-calendário de 2025, originalmente previsto para 31 de dezembro de 2025 na Lei nº 15.270/2025. Essa decisão será submetida a referendo do Plenário do STF em sessão virtual agendada para o período de 13 a 24 de fevereiro de 2026.

## 20. Receita líquida de vendas

	2025	2024
Mercado interno – produtos	1.071.276	1.078.925
(-) Impostos incidentes sobre vendas	(43.710)	(43.279)
(-) Devoluções e descontos	(18.522)	(17.347)
(-) Bonificações	(3.105)	(1.688)
	1.005.939	1.016.611

## 21. Custos e despesas por natureza

	2025	2024
Consumo de matéria prima e materiais	(676.893)	(696.616)
Despesas com salários e benefícios a empregados (a)	(76.225)	(71.146)
Despesas variáveis com vendas e marketing	(29.593)	(24.048)
Serviços de terceiros	(37.606)	(11.200)
Depreciações e amortizações	(10.620)	(9.570)
Gastos com instalações	(1.379)	(1.521)
Combustíveis e energia	(1.136)	(2.718)

	2025	2024
Outras despesas	(7.271)	(7.487)
Custo total das vendas, despesas vendas, gerais e administrativas	(840.723)	(824.306)
Classificadas como:		
Custo dos serviços prestados, mercadorias e produtos vendidos	(735.716)	(738.947)
Despesas com vendas	(51.432)	(46.623)
Despesas gerais e administrativas	(53.575)	(38.736)
Total	(840.723)	(824.306)

## (a) Despesas com salários e benefícios a empregados

	2025	2024
Salários	(52.043)	(49.053)
Encargos sociais	(13.251)	(12.287)
Outros benefícios a empregados	(10.931)	(9.806)
	(76.225)	(71.146)

## 22. Outras receitas operacionais, líquidas

	2025	2024
Resultado na venda de bens do ativo imobilizado	301	477
Arrendamento de imóveis	2.186	1.730
Outras receitas (despesas) operacionais	(5.615)	(1.335)
Habilitação crédito judicial (a)	47.853	—
	44.725	872

(a) Saldo R\$ 47.853 refere-se ao valor principal do direito à repetição de indébito relativo aos tributos federais IRPJ e CSLL, referentes ao período de 2014 a 2017, a ser realizado mediante compensação administrativa. A habilitação do crédito ocorreu em 30 de dezembro de 2025, demonstrado nas Notas Explicativas nºs 8 e 19.

## 23. Resultado financeiro, líquido

	2025	2024
Juros sobre despesas bancárias	(992)	(10.868)
Outras despesas financeiras	(6.975)	(14.104)
Variação cambial passiva	(3.390)	(4.013)
Despesas financeiras	(11.357)	(28.985)
Rendimentos de aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 6)	45.242	37.422
Juros de mora recebidos	517	458
Atualização monetária de créditos fiscais (a)	42.722	2.270
Descontos obtidos	358	312
Variação cambial ativa	3.207	6.978
Receitas financeiras	92.046	47.440
Resultado financeiro líquido	80.689	18.455

(a) Deste saldo o montante de R\$40.568 refere-se a atualização monetária o direito à repetição de indébito dos tributos federais IRPJ e CSLL referentes ao período de 2014 a 2017, mediante compensação administrativa, cuja habilitação do crédito ocorreu em 30 de dezembro de 2025, conforme apresentado nas Notas Explicativas nºs 8 e 19.

## 24. Imposto de renda e contribuição social

	2025	2024
(a) Imposto de renda e da contribuição social diferidos		
Diferenças temporárias	3.817	2.891
Provisão diversas	229	195
Provisão para corte de receita de vendas	229	195
Total Imposto de renda diferido ativo	4.046	3.086

	2025	2024
Imposto de renda diferido passivo		
Diferença entre vida útil e taxa fiscal do imobilizado (i)	(10.267)	(10.157)
Total Imposto de renda diferido passivo	(10.267)	(10.157)
Saldo do imposto de renda diferido, líquido	(6.221)	(7.071)
(i) Trata-se de diferenças temporárias de taxas de depreciação ocorrida em virtude da revisão da vida útil de edificações e máquinas e equipamentos a partir de 1º de janeiro de 2014.		
(b) Despesa do imposto de renda e da contribuição social		

## Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda

	2025	2024
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	290.630	211.632
Juros s/ Capital Próprio	(40.675)	(23.994)
	249.955	187.638
Aliquotas de impostos vigentes – %	34%	34%

## Reconciliação para a alíquota efetiva

	2025	2024
Reconciliação para a alíquota efetiva	(84.985)	(63.797)
Diferenças permanentes	30.567	(4.409)
Diferenças temporárias	(159)	(959)
Incentivos fiscais	16.350	16.969
Outros	2.977	2.844
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(35.250)	(49.352)
Corrente	(36.100)	(50.311)
Diferido	850	959
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(35.250)	(49.352)

## 25. Subvenção para investimentos

As unidades localizadas no estado de São Paulo se beneficiam do incentivo fiscal de crédito outorgado sobre o valor das saídas internas, conforme estipulado no Anexo III, Artigo 22 do RICMS/2000. Por outro lado, as unidades do Paraná usufruem do incentivo fiscal de crédito presumido, conforme descrito no Anexo VII, itens 21, 22, 23 e 35 do Decreto nº 7.871, datado de 29 de setembro de 2017. No estado de São Paulo, esses incentivos fiscais foram implementados em dezembro de 2019 e estão programados para continuar até dezembro de 2026. Já no estado do Paraná, o mesmo incentivo se iniciou também em dezembro de 2019, porém sua vigência se estende até dezembro de 2028. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, esse incentivo fiscal resultou em um montante de R\$48.088. Com a promulgação da Lei 14.789/2023, que trouxe mudanças significativas sobre o tratamento da subvenção para investimento, afetando a apuração dos tributos IRPJ, CSLL, PIS e COFINS a partir de janeiro de 2024, a Companhia obteve uma decisão judicial favorável. Essa decisão permite que os valores dos créditos presumidos e outorgados de ICMS não sejam tributados no cálculo do IRPJ e CSLL. Além disso, também pleiteou neste mesmo ato, o direito de dispensa para constituir reservas futuras de incentivos fiscais, autorizando que sejam transferidos para reservas de lucros, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição ou não de dividendos aos acionistas.

## 26. Resultado por ação – Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante

o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as ações da Companhia não possuíam nenhum efeito dilutivo.

	2025	2024
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	255.380	162.279
Quantidade média ponderada de ações emitidas (em milhares)	50.626	50.626
Lucro líquido básico e diluído por ação – R\$	5,0445	3,2055

## 27. Seguros contratados

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de alinhar e delimitar os riscos, proporcionando um tratamento único e uniforme, buscando no mercado, coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Diretoria para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros (premissas de riscos não auditada pelos auditores independentes). Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros (importâncias seguradas):

Modalidade	Vigência	Importância Segurada	Prêmio
Riscos operacionais (Prédios)	30/11/25 a 31/05/27	253.590.000,00	1.479.217,41
Riscos operacionais (Máq., móveis, utens. e instal.)	30/11/25 a 31/05/27	152.641.639,83	
Riscos operacionais (Merc. e matérias primas)	30/11/25 a 31/05/27	92.875.218,11	
Responsabilidade civil geral (i)	01/03/25 a 31/12/24 a 31/12/25	25.000.000,00	17.075,96
Seguro Importação (ii)	31/12/24 a 31/12/25	60.434.000,00	126.186,20

**Eventos subsequentes: (i)** A Companhia esclarece que o Seguro de Responsabilidade Civil Geral foi renovado com vigência de 01 (um) ano, iniciando-se às 24h do dia 01 de janeiro de 2026 e encerrando-se às 24h do dia 01 de janeiro de 2027. **(ii)** O Seguro de Importação refere-se ao transporte internacional na aquisição de matéria-prima importada (trigo), foi renovado com vigência de 01 (um) ano, iniciando-se às 24h do dia 31 de dezembro de 2025 e encerrando-se às 24h do dia 31 de dezembro de 2026.

## 28. Transações que não envolvem caixa

	2025	2024
Renovação de contratos de direito de uso	—	4.067

## A DIRETORIA

## CONTADOR

Sandro da Silva – CRC 1SP 221.628/O-5

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À Diretoria e Conselho de Administração da  
**Anaconda Industrial e Agrícola de Cereais S.A.**  
São Paulo-SP

### Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Anaconda Industrial e Agrícola de Cereais S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos não conhecidos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Anaconda Industrial e Agrícola de Cereais S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis Investimento e Outras Contas a Pagar – Ausência de apresentação da totalidade da documentação e análises suporte hábeis para aquisição de participações societárias

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9, a Companhia possui registrado nas rubricas "Investimento", no ativo não circulante, e em "Outras contas a pagar", no passivo circulante, os respectivos montantes líquidos de R\$ 3.369 mil e R\$ 3.225 mil, referente à aquisição de participações acionárias das companhias Geradora Solar Hélio Valgas III S.A. e Geradora Solar Hélio Valgas IV S.A., ambas ocorridas em 1º de outubro de 2024 equivalente e aproximadamente a 8% (oito por cento) das ações das referidas companhias, sobre os quais, até a conclusão dos nossos trabalhos, não nos foram apresentadas a totalidade da documentação e análises suporte hábeis para aquisição destes investimentos, especialmente para a atribuição do valor investido. Conseqüentemente, não nos foi possível, nas circunstâncias, opinarmos sobre os referidos montantes mensurados, reconhecidos e divulgados, bem como, determinar os possíveis efeitos, inclusive tributários, se houver, nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabi-

lidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além

disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causados por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 19 de março de 2026.

**BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.**

CRC 2SP 013.846/O-1

**BDO** Ronaldo Silva dos Santos  
Contador CRC 1SP 228.140/O-4

